

A LUTA PELA TERRA EM QUEDAS DO IGUAÇU E A CONQUISTA CAMPONESA DOS ASSENTAMENTOS CELSO FURTADO E RIO PERDIDO¹

LA LUCHA POR LA TIERRA EN QUEDAS DO IGUAÇU Y LA CONQUISTA CAMPESINA DE LOS ASENTAMIENTOS CELSO FURTADO Y RIO PERDIDO

Djoni Roos²

RESUMO: A luta dos camponeses a fim de conquistar a terra e manter o seu modo de vida tem mostrado que o campo brasileiro está em movimento. Através de enfrentamentos como ocupações de terra, manifestações, acampamentos, entre outras formas de resistência, os camponeses tem posto na pauta política do país um projeto diferente para a agricultura brasileira. O projeto do campesinato está assentado na democratização da terra e acesso à condições para as famílias se desenvolverem socialmente. Por meio de sua organização os camponeses têm alcançado um conjunto de conquistas das quais se destaca a terra de assentamento. Neste contexto de embate pela terra e conquistas camponesas que se procura contextualizar e discutir o processo de luta pela terra no município de Quedas do Iguaçu, evidenciando a conquista dos assentamentos Rio Perdido (1988), formado por 60 famílias e o assentamento Celso Furtado (2005), formado por 1089 famílias.

¹ Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada: O Aprendizado e Resistência Camponesa nos Acampamentos e Assentamentos de Sem-Terra em Quedas do Iguaçu/PR, orientada pelo Prof. Dr. João Edmilson Fabrini e defendida em março de 2010 junto ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

² Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP. Membro do NERA – Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT/UNESP e do GEOLUTAS – Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade/UNIOESTE. e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Luta pela Terra; Assentamentos; Resistência; Latifúndio.

RESUMEN: La lucha de los campesinos a la conquista de la tierra y mantener su forma de vida ha demostrado que el campo brasileño está en movimiento. A través de confrontaciones como las ocupaciones de tierras, manifestaciones, campamentos y otras formas de resistencia, el campesinado ha puesto la agenda política del país un proyecto diferente para la agricultura brasileña. El proyecto forma parte del campesinado en la democratización de las condiciones de la tierra y el acceso de las familias a desarrollarse socialmente. A través de su organización, los campesinos han llegado a una serie de logros de los cuales se encuentra la tierra del asentamiento. En este contexto de lucha por la tierra y la conquista campesina que busca contextualizar y discutir el proceso de lucha por la tierra en la ciudad de Quedas do Iguaçu, que muestra la conquista de los asentamientos Rio Perdido (1988), que comprende 60 familias y do asentamiento Celso Furtado (2005) compuesto por 1.089 familias.

PALABRAS CLAVE: Campesinos; Lucha por la Tierra; Asentamientos; Resistencia; Latifundio.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra em Quedas do Iguaçu está articulada a um conjunto de lutas realizadas no campo brasileiro desde um passado distante. Estas lutas são reflexos do despojamento do acesso à terra aos camponeses e à apropriação concentrada da terra no Brasil originada com o processo de colonização e ocupação do território pelos portugueses no século XVI.

Um fato importante no processo de apropriação concentrada da terra brasileira foi a aprovação da Lei de Terras de 1850, quando ocorreu a privação do

acesso à terra. Esta lei instituiu o acesso à terra pela compra, privando os escravos libertos e demais camponeses pobres de serem proprietários. A lei garantiu além da manutenção da propriedade concentrada, a disponibilidade de mão-de-obra para as grandes fazendas na medida em que aqueles que não conseguiam terras se obrigavam a trabalhar para os grandes proprietários. A partir da Lei de Terras, a terra tornou-se mercadoria, cativa, renda capitalizada.

Ao se apropriar de grandes extensões de terra, os latifundiários a utilizam para produção e também para especulação com o objetivo de extrair a mais-valia social, cobrando da sociedade um tributo para colocá-la no circuito produtivo. Ao mesmo tempo, a propriedade concentrada da terra garantia/garante aos latifundiários poder político através do *status* de proprietário.

É no contexto de concentração de terras e formação de oligarquias rurais e da privação de acesso a terra aos camponeses, indígenas e quilombolas que se intensificam as lutas por terra no campo brasileiro. Eram lutas em diversos pontos do país que tinham como demanda a conquista da terra. Portanto, a luta pela terra no Brasil vem desde um passado colonial, quando os camponeses reivindicavam uma área de terra para garantir a sua sobrevivência.

A partir de 1950 a luta pela terra no Brasil incorporou novo conteúdo político. Neste momento a realização da reforma agrária foi colocada na pauta das reivindicações das populações rurais que pleiteavam a distribuição de terra e o atendimento das necessidades elementares para fazer a terra produzir.

Entende-se que a realização da reforma agrária passa pela extinção de latifúndios, ou seja, precisa mexer na estrutura fundiária do país e distribuir as terras. Considera-se ainda que uma política de reforma agrária não deve se limitar a

distribuição de terras, devendo garantir condições para os assentados se desenvolverem econômica e socialmente. Neste sentido, a reforma agrária deve vir acompanhada de políticas de créditos para investimento, custeio, política educacional, de saúde, ou seja, oferecer as condições básicas para que os camponeses consigam se desenvolver no campo.

No Brasil nunca houve uma política de reforma agrária. Porque não se mexeu na estrutura fundiária do país, não houve/há políticas que visem redistribuir a terra que a séculos vem sendo concentrada e assim eliminar o capitalismo rentista que impera no campo brasileiro.

Ao analisar os dados do II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária – 2003) sobre a estrutura fundiária brasileira, percebe-se que esta se encontra altamente concentrada. De acordo com estes dados, apenas 1,6% dos imóveis concentram próximo da metade (43,6%) da área cadastrada, enquanto que para 85% dos imóveis com menos de 100 ha (considerados pequenas propriedades), restam apenas cerca de 84 milhões de hectares, o correspondente a 20,1% da área.

Ou seja, a propriedade da terra no Brasil continua altamente concentrada, as políticas de assentamentos tidas até o momento não impactaram significativamente a estrutura fundiária e o latifúndio continua predominante no campo brasileiro.

Neste contexto, é preciso pontuar que os assentamentos criados não são decorrentes de um programa de reforma agrária, ou de uma política de redistribuição fundiária e eliminação dos latifúndios. São territórios conquistados pelo campesinato, frutos da luta e pressão desta classe para entrar e permanecer na terra.

Através da sua luta o campesinato tem retornado à terra e geografado o seu território. Assim tem ocorrido no Estado do Paraná, no qual os camponeses a partir

de vários enfrentamentos conquistaram a criação de 310 assentamentos, onde se encontram 17.849 famílias numa área de 393.232,0287 ha (tabela 1).

Tabela 1 – Número de Assentamentos, Famílias e Área – Paraná (1979-2009)

MESORREGIÃO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Noroeste	35	1.819	46.692,1615
Centro-Occidental	18	705	14.467,8399
Norte-Central	31	1.626	34.742,9776
Norte Pioneiro	26	1.198	24.657,8912
Centro-Oriental	30	1.454	34.027,0312
Oeste	26	1.432	34.651,3489
Sudoeste Paranaense	18	1.120	20.853,0976
Centro-Sul	104	7.361	153.244,9658
Sudeste	20	889	25.123,9500
Metropolitana de Curitiba	2	245	4.770,7650
Total	310	17.849	393.232,0287

Fonte: INCRA, Superintendência Regional do Estado do Paraná. Org.: Autor.

No Paraná se destacam as lutas e conquistas de assentamentos na mesorregião Centro-Sul, na qual encontra-se cerca de 40% das famílias assentadas estabelecendo-se nessa região um importante centro de resistência dos camponeses sem-terra no Estado. Nessa região está localizado o município de Quedas do Iguaçu e os assentamentos Rio Perdido e Celso Furtado, objetos desta análise.

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL E DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU

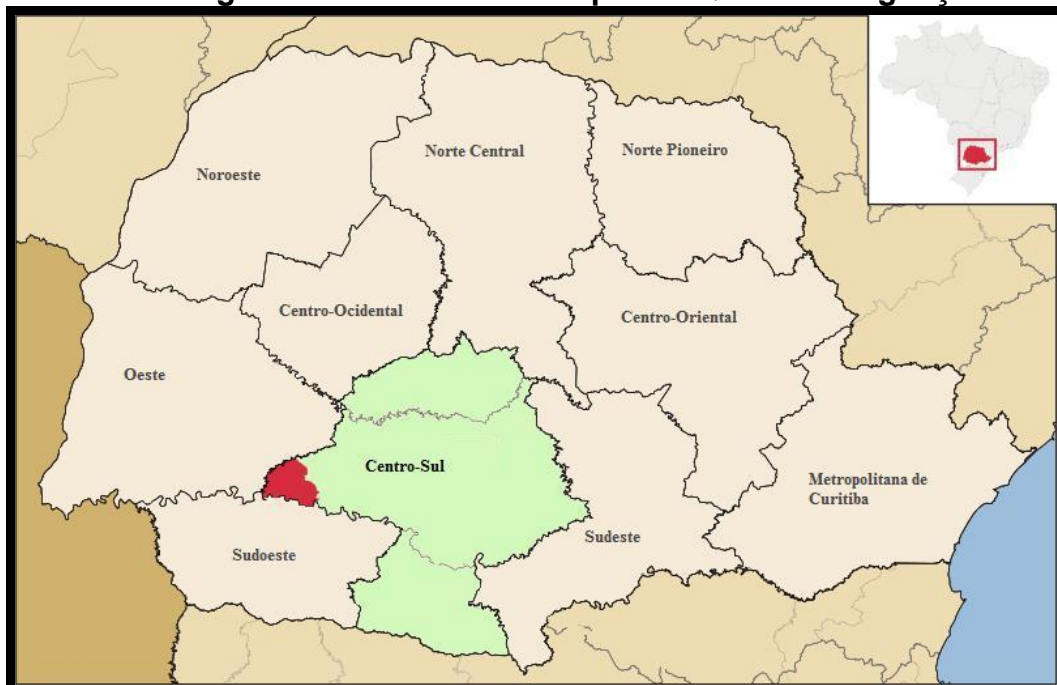
A principal característica da ocupação e organização do espaço agrário da mesorregião Centro-Sul é a existência de grandes propriedades rurais dedicadas à pecuária extensiva e grandes reservas florestais destinada à exploração comercial de madeira. A produção agrícola de soja e milho com alto padrão tecnológico para a exportação tem assumido, recentemente, também importância econômica na região.

Os municípios da mesorregião Centro-Sul se caracterizam por serem essencialmente rurais, de pequeno porte e possuem baixa densidade de ocupação. Segundo o IPARDES (2004) a mesorregião é uma das menos urbanizadas do Estado, possuindo um dos mais elevados índices de população rural.

Ainda de acordo com o IPARDES (2004), todos os municípios da mesorregião apresentam IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)³ abaixo da média paranaense, que é de 0,787, comportamento que se repete quanto aos componentes do índice, em que a renda *per capita* é o mais crítico. Sete dos doze municípios mais pobres do Paraná estão localizados nessa mesorregião, na qual 1/3 da população é considerada pobre.

A localização da mesorregião Centro-Sul do Paraná e do município de Quedas do Iguaçu podem ser visualizadas na figura 1.

Figura 1 – Mesorregião Centro-Sul e Município de Quedas do Iguaçu/PR



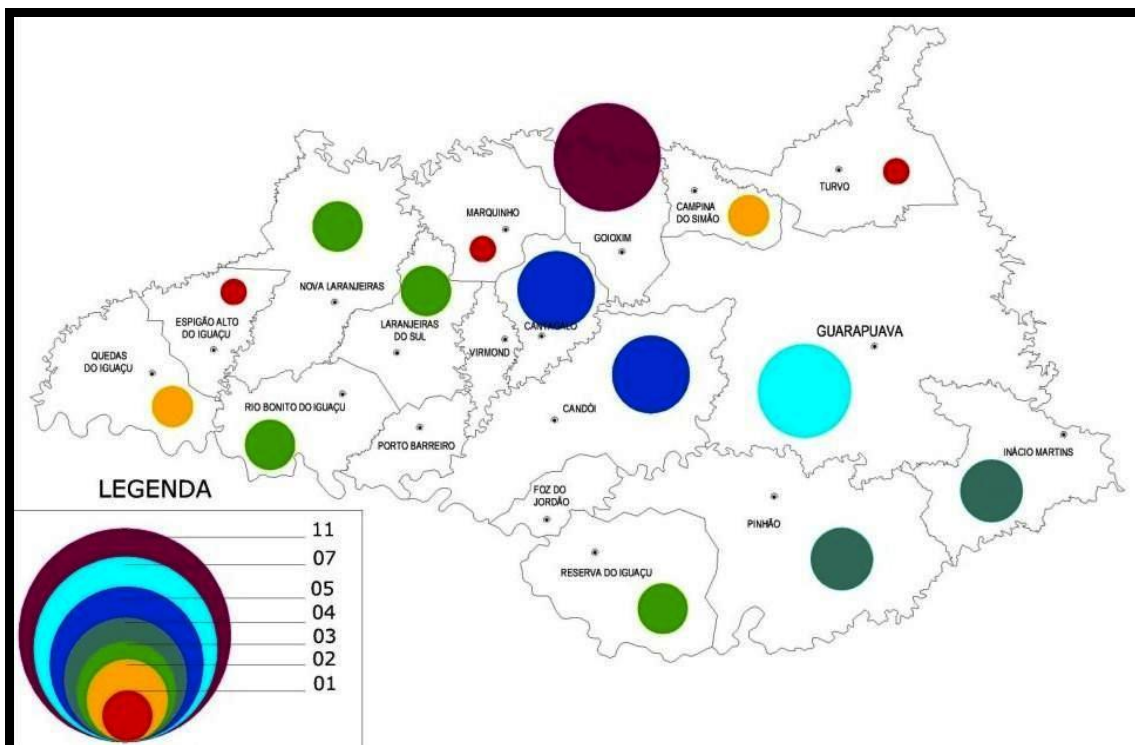
Fonte: IPARDES. Org.: Autor

³ Os componentes desse índice são Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos) e Renda *per Capita*. A mediana dos municípios da mesorregião é de 0,708, enquanto o menor índice encontrado é 0,640 e o maior 0,773.

Dentro da mesorregião Centro-Sul, destaca-se no contexto das lutas camponesas a microrregião geográfica de Guarapuava que compreende 18 municípios. Essa microrregião foi e é palco de grandes conflitos agrários em vista da elevada concentração e grilagens de terras ali existentes. Atualmente a microrregião é um dos maiores territórios transformados pela luta camponesa, pois 15 municípios dessa microrregião possuem pelo menos um projeto de assentamento de reforma agrária (figura 2). Na microrregião existem 55 projetos de assentamento, somando quase 100 mil hectares de terras que abrigam aproximadamente 5.000 famílias.

A microrregião abriga também os três maiores projetos de assentamento do Estado, Ireno Alves dos Santos (900 famílias), Marcos Freire (604 famílias) em Rio Bonito do Iguaçu e o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu (1089 famílias).

Figura 2 – Assentamentos da Microrregião de Guarapuava (01/1970-08/2009)



Fonte: INCRA – Superintendência Regional do Estado do Paraná. Org.: Autor.

Essa expressiva presença camponesa sem-terra na região é decorrente da territorialização da luta pela terra, que se materializou na criação dos assentamentos. Para Fernandes (1996), o processo de territorialização do MST ocorre através da espacialização da luta pela terra, em que os trabalhadores organizados no movimento conquistam frações do território. Assim, a criação de um assentamento, pode se desdobrar em novas lutas e conseqüentemente novas conquistas.

Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro. (...) É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1996, p. 136).

No processo de espacialização da luta dos trabalhadores sem terra, Fernandes (1996) salienta que a ocupação e o acampamento são fatores importantes para a territorialização camponesa, pois, através da luta, os camponeses têm conquistado a terra, condição para sua territorialização.

É necessário destacar que a luta pela terra na região, além de transformar o espaço rural, desdobra-se em outras dimensões que vão além da conquista da terra, como por exemplo, a criação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)⁴ em Laranjeiras do Sul, resultante dos tensionamentos e da luta dos

⁴ Os prédios do campus da UFFS em questão estão sendo construídos no assentamento Oito de Abril. Inicialmente o referido campus conta com cinco cursos: Agronomia (com ênfase em Agroecologia), Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Licenciatura em Educação do Campo.

camponeses na região. A conquista da universidade está inserida no processo de espacialização da luta dos movimentos sociais.

O município de Quedas do Iguaçu (onde se encontra os dois assentamentos objetos centrais desta análise) está localizado na microrregião de Guarapuava e se constitui como um dos símbolos da desigualdade social existente na microrregião, tanto pelo seu IDH 0,747 (inferior a média estadual), como pela concentração elevada do índice de famílias pobres, 35,27%, enquanto a média estadual é de 20,90%⁵.

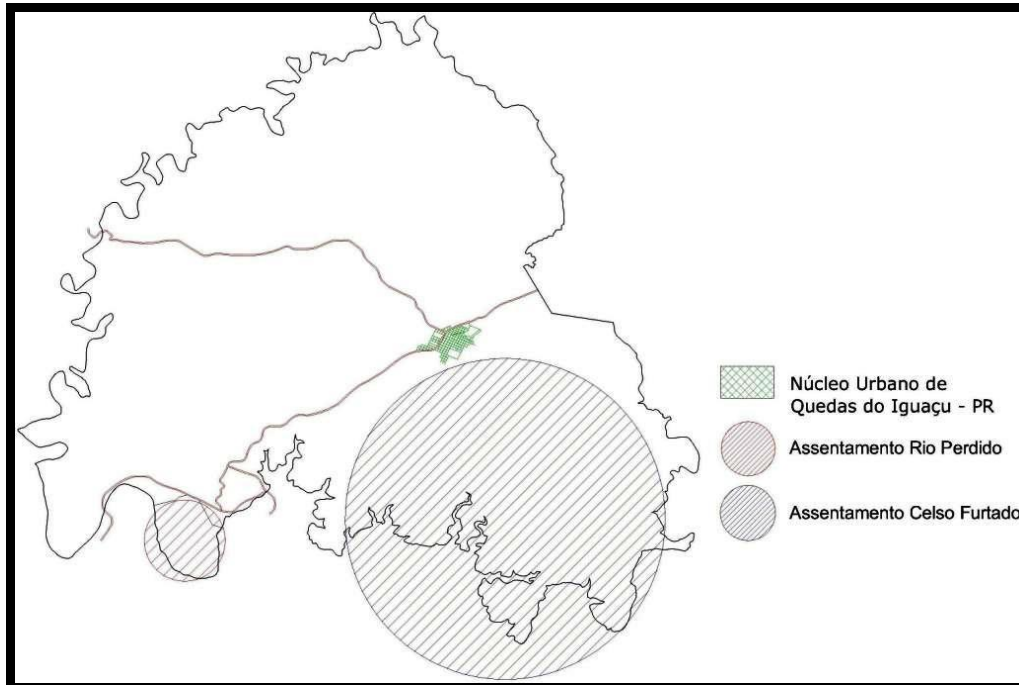
A propriedade da terra concentrada e a existência de muitas famílias expropriadas e expulsas do campo fazem o município de Quedas do Iguaçu se destacar nos conflitos por terra na região e no Estado do Paraná. O município se constitui assim, como um centro de luta dos camponeses vinculados aos movimentos sociais. Nele existem atualmente dois assentamentos: Rio Perdido com 60 famílias e Celso Furtado com 1089 famílias assentadas (figura 3).

Além dos assentamentos mencionados, houve por parte do MST em 2006, mais duas ocupações de terra no município: a fazenda Campo Novo e a Fazenda Três Elos, ocupadas por famílias que ficaram excedentes do assentamento Celso Furtado⁶.

⁵ A taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área em estudo. Dados do IPARDES, 2004.

⁶ Estas duas áreas continuam ocupadas atualmente pelos camponeses ligados ao MST, sendo que para a fazenda Três Elos (acampamento Che Guevara) com cerca de 120 famílias, foi expedido em janeiro de 2011 um mandato de reintegração de posse.

Figura 3 – Localização dos Assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido no Município de Quedas do Iguaçu/PR.



Fonte: Trabalho de Campo. Org.: Autor

É importante destacar que dos 30.585 habitantes (IBGE, 2010) do município de Quedas do Iguaçu, cerca de 15% da população é assentada, ou seja, proveniente da luta pela terra.

ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: CONQUISTA DO CAMPESINATO

O Projeto de Assentamento Celso Furtado foi criado em 26 de Setembro de 2005, a partir da arrecadação de terras das fazendas Rio das Cobras (21.265,5300 ha) e Pinhal Ralo (4.020,0000 ha), ambas de “propriedade” da empresa Araupel. A partir de fontes documentais, o INCRA verificou que estas terras pertenciam à União e, portanto não havia necessidade de desapropriação da área. O INCRA entrou junto à Justiça Federal de Cascavel, com Ação Declaratória de Nulidade da titulação

“*non domino*” que havia sido expedida pelo governo do Paraná na faixa de fronteira, dispensando assim, a desapropriação para a arrecadação destas terras para fins de reforma agrária.

As terras foram arrecadadas através de decisão judicial no dia 9 de Novembro de 2004. A emissão na posse ao INCRA ocorreu no dia 17 de novembro de 2004. A partir da arrecadação destas terras foi criado o assentamento Celso Furtado com uma área total de 25.285,53 ha. Embora constatado que estas terras pertenciam a União (o que dispensava o pagamento pela desapropriação), o acordo para a arrecadação da área firmado entre governo federal e Araupel, garantiu à empresa o recebimento de R\$ 75 milhões referentes às benfeitorias existentes.

Segundo o PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) elaborado pela Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) em 2005, o assentamento Celso Furtado teria capacidade para assentar 979 famílias com parcelas variando de 10,89 hectares a 15,73 hectares. Porém, o grande número de famílias excedentes que ficaram acampadas na área levou o INCRA a lotear o corredor de biodiversidade do assentamento, no qual foram assentadas 110 famílias, totalizando 1089 famílias no Celso Furtado.

O assentamento Celso Furtado se constitui a partir do maior latifúndio de áreas contínuas do sul do Brasil: a fazenda Araupel. O fato de ser um latifúndio de mais de 80.000 ha, levou o MST a ocupar a área (onde hoje é o assentamento Celso furtado), primeiramente em 1999, e posteriormente, em 2003.

A formação do latifúndio da Araupel ocorreu em 1972, quando dois grupos tradicionais do ramo madeireiro, a Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin Exportação S.A. se uniram, formando no Rio Grande do Sul, a Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A. O objetivo da nova empresa era “aquisição” de terras no Centro-Sul do Paraná, como foi o caso das fazendas Pinhal Ralo, Rio das Cobras e Campo Novo, totalizando 87.167,51 ha.

As terras da empresa Giacomet-Marodin abrangiam cinco municípios paranaenses: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras (figura 4).

Figura 4 – Fazenda Rio das Cobras e Pinhal Ralo – Fazenda Araupel.



Fonte: www.araupel.com.br. Org.: Autor

A Giacomet-Marodin se instalou em Quedas do Iguaçu no ano de 1976 criando sua unidade industrial e sua sede no Paraná. Até o ano de 2005 a empresa ocupava 14% da área total deste município. Em 1997 a Giacomet-Marodin mudou sua denominação para Araupel S.A.

As terras da Giacomet-Marodin eram devolutas, conforme assinalado anteriormente, porque em 1926 haviam sido doadas pelo Estado do Paraná em

favor da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Em 1940, o governo Federal editou a lei Nº 2.073, incorporando as terras dos Estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ao domínio da união, incluindo assim as áreas que posteriormente viriam a ser da empresa Giacommet-Marodin. Porém, o Estado do Paraná, conivente com a grilagem de terras, autorgou em 19 de junho de 1944 novo título (Título de Revalidação) em favor da Cia. Estrada de Ferro.

Considerando que o município de Quedas do Iguaçu está localizado na faixa de fronteira, que segundo a constituição Federal de 1934 é de 100 km, toda a área desse município ficou sob domínio do Governo Federal, não cabendo ao Estado o repasse dessas áreas para particulares. Desse modo, as terras onde se encontram os imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo, são na verdade, resultados de grilagem, pois eram terras pertencentes à União, que foram doadas irregularmente pelo Estado do Paraná à Cia. Estrada de Ferro e posteriormente à Giacommet-Marodin.

O histórico das lutas pela terra nas áreas da então Giacommet-Marodin remonta a década de 1970, quando ocorreram vários conflitos entre camponeses que não possuíam terra e os guardas da empresa, chegando a ser montados acampamentos nas áreas e despejos dos camponeses pelos guardas. Nesse momento, os camponeses não estavam articulados num movimento estruturado, organizado em âmbito regional ou estadual. Eram lutas localizadas que visavam conquistar a terra. Estes movimentos localizados eram formados por posseiros que foram expulsos das suas terras pela empresa em anos anteriores.

Em 1996, os camponeses voltaram a lutar contra o latifúndio Giacommet-Marodin. Desta vez, organizados no MST, 12.000 camponeses ocuparam parte da fazenda no município de Rio Bonito do Iguaçu. Esta ocupação resultou na criação de

dois assentamentos em 1997: Ireno Alves dos Santos com 900 famílias e Marcos Freire com 604 famílias. Porém, estes assentamentos não foram suficientes para atender toda a demanda, em vista do grande número de famílias/camponesas sem-terra existentes na região, ficando cerca de 1.000 famílias excedentes.

Há que se destacar que a conquista pelos camponeses sem-terra de parte do latifúndio, agora Araupel, foi de extrema importância para a organização da luta na mesorregião Centro-Sul do Paraná, pois foi a base para que se desenvolvesse novas lutas nesta região.

No ano de 1999 foram retomados os esforços dos camponeses sem-terra para a conquista de mais uma área do latifúndio da Araupel. Como forma de pressionar o governo e aglutinar os camponeses em torno de uma luta unificada para a conquista pretendida, os sem-terra montaram em 12 de janeiro de 1999 um grande acampamento – provisório – nas margens da PR-158, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, na localidade de Campo do Bugre, com aproximadamente 1800 famílias.

Além das famílias excedentes do assentamento Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, o MST e alguns STRs realizaram um trabalho de base, principalmente na microrregião de Guarapuava, a fim de aglutinar um número expressivo de famílias para ocupar outra área da Araupel. Assim, neste acampamento na PR-158, reuniram-se famílias advindas de diversas regiões do Estado do Paraná, de outros Estados e do Paraguai (brasiguaios).

Das 1800 famílias que estavam acampadas na PR-158 (Campo do Bugre), cerca de 1300 seguiram na madrugada do dia 10 de maio de 1999 até o município de Quedas do Iguaçu onde ocuparam o local conhecido como “Bacia”, um setor da

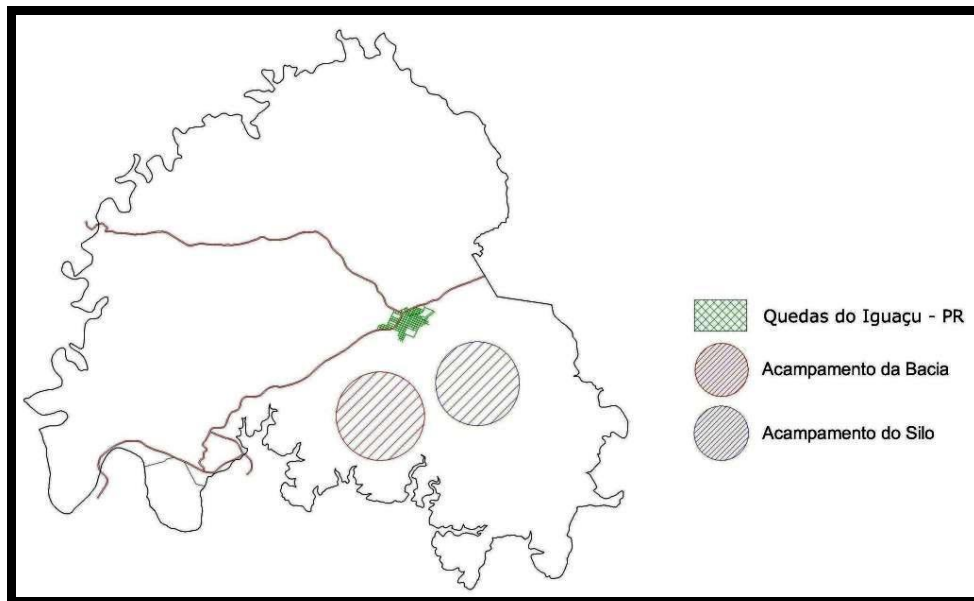
Fazenda Araupel. O acampamento decorrente da ocupação foi batizado de “Acampamento 10 de Maio”.

Durante o primeiro ano de acampamento houve duas ameaças de despejo, fato que não se concretizou, pois o grande número de famílias que ocuparam a área facilitou a negociação e resistência para que não houvesse uma ação de despejo das famílias ali acampadas.

Mesmo com o deslocamento de um grande número de famílias (1.300) para realizar a ocupação na Bacia, o acampamento da PR-158 (Campo do Bugre), não se desfez por completo. O MST e alguns sindicatos continuaram a realizar um trabalho de base na região para reunir mais pessoas dispostas a lutar pela terra.

Assim, cerca de 2.300 famílias que formavam o acampamento às margens da rodovia PR-158, ocuparam em 12 de julho de 2003, o setor do “Silo” da Fazenda Araupel, no qual funcionava uma área de estocagem de grãos e insumos. O acampamento montado na área recebeu o nome de “José Abílio dos Santos”. A localização dos acampamentos (Bacia e Silo) pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 – Localização dos Acampamentos da Bacia e do Silo – Quedas do Iguaçu/PR

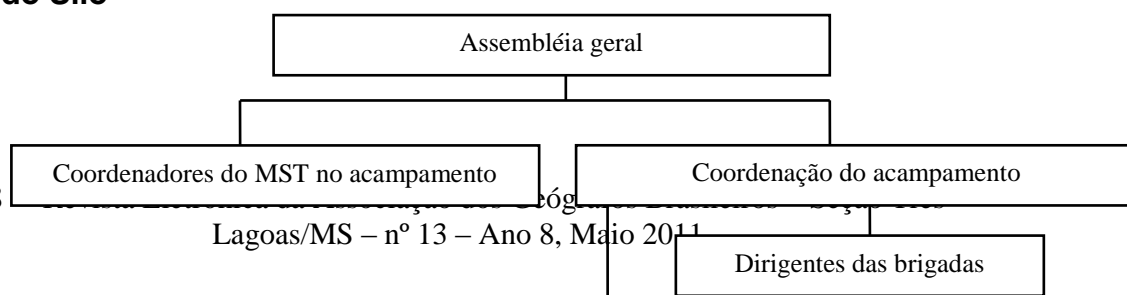


Fonte: Trabalho de Campo. Org.: Autor.

A ocupação do Silo ocorreu num momento em que estava prevista uma ação de reintegração de posse para a área da Bacia. Segundo algumas lideranças, a nova ocupação evitou que ocorresse a reintegração de posse da Bacia, pois se tratava novamente de uma ocupação massiva nas terras da Araupel.

De forma geral, nos acampamentos realizados pelo MST, a organização social tem como base a unidade familiar, juntamente com as estruturas organizativas do movimento, ou seja, formação de núcleos, grupos, comissões, brigadas, etc. Nos acampamentos da Bacia e do Silo, não foi diferente. Os camponeses se organizaram em grupos de 10 famílias, ou seja, os núcleos de base. A união de cinco grupos formava as brigadas de 50 famílias (figura 6). Existiam ainda, duas brigadas gerais em cada acampamento a do Silo “Mao Tse Tung” e a da Bacia “Padre Josimo Tavares”.

Figura 6 – Estrutura Política e Organizacional dos Acampamentos da Bacia e do Silo



Fonte: Trabalho de campo. Org.: Autor.

Cada núcleo possuía um coordenador, e cada brigada um dirigente. Eram estes coordenadores e dirigentes que encaminhavam as decisões no acampamento a partir de discussões feitas nos núcleos de base com a participação das famílias do acampamento.

Esta forma de organização contribui para que um grande número de pessoas possa participar das discussões e negociações referentes a luta. Para Bogo (1999, p. 37), a participação de um grande número de pessoas nas negociações é favorável, já que:

Desta forma aprendem e ao mesmo tempo identificam quem é a favor ou contra a reforma agrária, e perdem o medo das autoridades governamentais, pois percebem rapidamente que estes não são mitos, mas seres humanos mortais, como todos os outros.

Constroem-se assim, um fortalecimento da participação da base nas discussões e decisões, tornando os acampamentos verdadeiras comunidades de luta. Scherer-Warren (2005), enfatiza a importância da força dessas relações comunitárias como forma de luta e modo de vida dos sem-terra. Para a autora, o MST, através dos acampamentos, criou uma nova forma de fazer política e de vida societária, acreditando no poder da força comunitária para a constituição histórica do grupo.

As formas de organização dos camponeses nos movimentos sociais interferem nas formas de produção realizadas durante o período em que estão acampados. Nos acampamentos aqui abordados, Silo e Bacia, as formas de organização da produção existentes foram similares. A terra trabalhada se concentrava numa única parcela, onde as famílias estavam organizadas naquilo que denominavam “coletivão”.

O coletivão era organizado nos grupos de 10 famílias ou através das brigadas de 50. No entanto, a área da lavoura se localizava distante do acampamento, elemento que, segundo os camponeses, dificultava o trabalho das famílias nas respectivas roças coletivas.

A produção no coletivão era basicamente de soja (cultura tipicamente do agronegócio), milho e feijão, realizada através de financiamento próprio junto à cerealistas da região. Nessa relação às cerealistas cedem os insumos e sementes necessárias para o plantio e os camponeses no momento da colheita devem em contrapartida, entregar o resultado da sua produção na mesma cerealista, como forma de quitar o débito financeiro adquirido com a compra dos insumos. Aqui não

está colocada somente uma dívida financeira, mas também uma dívida moral, pois havia a “obrigação” de comercializar a produção com a cerealista.

Neste caso, não são firmados contratos em que os camponeses são obrigados a entregar toda sua produção nestas respectivas cerealistas, porém, para os sem-terra havia uma dívida moral que precisava ser quitada. As empresas cerealistas se utilizam da “ordem moral” (dívida), típica do campesinato para acumular, pois na maioria das vezes os insumos destas empresas não são regidos pelo preço do mercado. O preço pago pela produção dos camponeses geralmente também é menor, isso sem levar em consideração os grandes descontos (umidade e impurezas do produto, entre outros) promovidos pelas cerealistas, o que contribui para que estas possam reter a renda da terra camponesa. É importante ressaltar que este tipo de atividade não ocorreu apenas com os camponeses que estavam acampados. Está é uma prática recorrente utilizada pelas cerealistas para com aqueles camponeses que não conseguem financiamentos oficiais e necessitam dos mesmos para produzir.

Para a produção do coletivão nos acampamentos (Bacia, Silo), os sem-terra utilizavam-se de mecanização agrícola, adubos e insumos químicos, além de sementes híbridas, ou seja, quase tudo feito de forma tradicional. No assentamento houve algumas mudanças nesta lógica, com o aumento da diversificação dos cultivos e a priorização da produção de gêneros alimentícios. Esta prática faz parte da recuperação dos saberes camponeses que se territorializa com a conquista da terra.

Além da produção no coletivão, que era voltada para o mercado, existiu também no acampamento uma produção de autoconsumo praticada pelas famílias

num espaço bastante reduzido. Aí as famílias criavam aves e suínos nas proximidades das barracas, sendo que a principal atividade de autoconsumo existente era a produção de leite, destinada principalmente, para as crianças. Ainda com o objetivo de auxiliar no autoconsumo os camponeses cultivaram uma horta comunitária no acampamento do Silo.

Tanto no acampamento do Silo como na Bacia, a produção de autoconsumo era feita com o uso de tração animal e sementes crioulas. No acampamento 10 de Maio (Bacia) um grupo de famílias iniciou ainda, de maneira experimental, o cultivo de lavoura orgânica, substituindo insumos tradicionais e introduzindo técnicas agroecológicas de recuperação da fertilidade do solo.

No processo de conquista do assentamento Celso Furtado merece destaque o número de jovens presentes. Os menores de 18 anos significavam 46,93% do total da população local. Se analisarmos a população até 40 anos, esta representa 84,25% do total. Estas informações que podem ser observadas na tabela a seguir nos levam a questionar a tese de que os jovens recusam o campo e querem migrar para viver na cidade, ou que o campo é um espaço habitado por pessoas idosas.

Tabela 2 – População dos Acampamentos da Bacia e do Silo por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS	% DE PESSOAS
Até 1	235	3,77
1 a 6	772	12,4
7 a 10	755	12,13
11 a 14	708	11,37
15 a 17	453	7,28
18 a 24	853	13,70
25 a 40	1.471	23,63
> 40	979	15,72
TOTAL	6.226	100

Fonte: COTRARA, 2005. Org.: Autor

Verifica-se também no período do acampamento uma preocupação dos camponeses e do MST com a educação das crianças, jovens e também dos adultos. Para tanto, foram criadas escolas itinerantes em ambos os acampamentos. Pode-se dizer que o acesso à escola contribuiu para a manutenção do jovem no campo. Os dois acampamentos contavam ainda com um setor de saúde que realizava o atendimento de primeiros-socorros e possuíam uma pequena farmácia convencional e uma farmácia viva de plantas medicinais.

As práticas culturais também era outra preocupação dos sem-terra. Manifestações culturais como realização de festas juninas, comemoração da ocupação, páscoa, entre outras eram realizadas pelos camponeses durante o acampamento.

Nos acampamentos também foram instaladas 02 emissoras de rádio, sendo a Rádio Comunitária Camponesa no Silo e a Rádio Comunitária Liberdade no acampamento da Bacia. Essas emissoras de rádio colaboravam na recepção e divulgação de avisos e recados para as famílias acampadas e também na difusão de informações sobre assuntos em geral. Destaca-se ainda o papel de conscientização política e social das famílias acampadas, que as emissoras de rádio possuíam.

Percebe-se que durante o acampamento houve uma mescla de atividades que fazem parte do modo de vida camponês como festas de São João, páscoa, cultivo de plantas medicinais, produção de autoconsumo, entre outras, com atividades vindas de fora dos costumes camponeses, através dos movimentos sociais, como: instalação de emissoras de rádios, criação de setores de saúde, luta pela educação do campo e criação de escolas itinerantes, “coletivão”, organização

de brigadas, etc. É de extrema importância compreender como essas formas se imbricam, pois implicam na futura organização dos assentamentos.

Nesse contexto de luta camponesa pela terra e conquista dos assentamentos, será analisado o processo de conquista de outro assentamento existente em Quedas do Iguaçu e objeto desta análise, o Rio Perdido.

A LUTA CAMPONESA E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO RIO PERDIDO

Para a conquista do assentamento Rio Perdido, o acampamento foi o primeiro “instrumento” de luta dos camponeses. O acampamento começou a ser formado no ano de 1984 por cerca de 130 famílias, que primeiramente acamparam nas margens da rodovia PR-473 que passa em frente a então fazenda Rio Perdido. Somente seis meses depois, no ano de 1985, é que os camponeses ocuparam a área da fazenda, formando assim, o acampamento no perímetro do latifúndio.

O acampamento era constituído basicamente por dois grupos de famílias: o primeiro grupo, formado por 21 famílias, era originário do município de Quedas do Iguaçu, onde trabalhavam como arrendatários nas fazendas deste município. Estas 21 famílias foram as primeiras a acampar nas margens da rodovia PR-473, tendo como finalidade a ocupação da Fazenda Rio Perdido.

Este grupo formado por camponeses ex-arrendatários de Quedas do Iguaçu, não estava organizado em nenhum sindicato ou movimento “estruturado”. A decisão de formar um acampamento partiu dos camponeses, que com o avanço da modernização no campo não conseguiram mais terras para arrendamento.

O fato destes camponeses terem se auto-organizado, ou seja, sem o auxílio de sindicato ou movimento “estruturado”, revela que os camponeses são sujeitos políticos que possuem autonomia e sua luta não é realizada exclusivamente naqueles movimentos sociais, tidos como “oficiais”. Esta situação é indicativa da formação de um movimento a partir do envolvimento conjunto na luta.

Havia também outro grupo de famílias camponesas expulsas das suas terras, localizadas em Nova Prata do Iguaçu e municípios vizinhos que lutavam pela terra da fazenda Rio Perdido. Estas famílias estavam organizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Nova Prata e estavam acampadas no pátio da Igreja católica da comunidade “Pio X” no referido município. Deste grupo 109 famílias se deslocaram para Quedas do Iguaçu e também montaram acampamento nas margens da fazenda Rio Perdido. A organização destes camponeses no STR de Nova Prata contribuiu para que ingressassem no MST, pois havia uma proximidade dos dirigentes do sindicato com o Movimento. É ilustrativo o depoimento do assentado Josué, “nóis era organizado no sindicato de Nova Prata, mas o sindicato era organizado pelo MST”.

No início houve alguns conflitos internos entre os dois grupos de camponeses: de um lado os de Quedas do Iguaçu e de outro os de Nova Prata do Iguaçu. Embora a forma de luta dos dois grupos fosse semelhante, havia diferenças no fato de um estar organizado no MST e o outro não: “... de luta nós era contrário, eles entraram sem organização do MST, queriam andar na sombra da gente” (Pedro). Posteriormente, os grupos entraram em acordo e decidiram lutar pela conquista das terras em conjunto. Assim, o grupo de Quedas do Iguaçu começou a se aproximar ao STR e MST, resultando na incorporação ao Movimento.

Das 21 famílias provenientes do município de Quedas do Iguaçu, 15 conquistaram o seu lote com a desapropriação da fazenda Rio Perdido. Do grupo de Nova Prata do Iguaçu, 35 famílias foram assentadas. Houve também na área, o assentamento de 10 famílias que trabalhavam como assalariadas na antiga fazenda. Das famílias excedentes, algumas desistiram, enquanto outras continuaram na luta participando de ocupações em outras áreas.

É importante destacar que a maioria dos camponeses do Rio Perdido é formada por ex-arrendatários, sujeitos “expulsos” do campo, pois não eram proprietários de terras e nem conseguiram novas áreas para arrendamento.

Outra característica verificada junto aos camponeses do Rio Perdido é a migração. Antes de acamparem, estas famílias já haviam passado por vários municípios em busca de trabalho, tanto na área rural quanto urbana. A passagem destes camponeses pela cidade é expressiva. Dos entrevistados 42% residiram na área urbana. Os assentados afirmam que a cidade foi um “refúgio” imposto pela expulsão do campo, um local que não possibilitava a reprodução dos valores camponeses e ameaçava a sobrevivência da família.

Oliveira (1987), ao tratar sobre a condição migratória do campesinato faz a seguinte reflexão:

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante da sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações. (OLIVEIRA, 1987, p. 11).

Portanto, as famílias do assentamento Rio Perdido visualizaram na luta uma forma de conquistar pela primeira vez a “propriedade” de um pedaço de terra e assim, estabelecer o seu modo de vida pautado no sustento de sua família.

A luta dos camponeses acampados é sempre permeada por muitas dificuldades. Com os camponeses do Rio Perdido, não foi diferente. A falta de alimentos era recorrente durante o acampamento. A única fonte de renda que os camponeses possuíam era o trabalho de bóia-fria realizado nas fazendas da região. Porém, nem sempre os sem-terra conseguiam este trabalho esporádico e a situação se agravava quando os fazendeiros descobriam que os trabalhadores faziam parte do acampamento.

O período do acampamento foi marcado não somente pela situação de precariedade na qual os camponeses se encontravam, mas principalmente pelos embates que travaram com o Estado, visando à desapropriação da área. Os camponeses afirmam que mesmo passando por dificuldades no acampamento, durante as negociações procuraram respeitar a lei, para que a organização tivesse o menor impacto negativo possível perante o restante da sociedade.

Os assentados relatam que a única forma de “desrespeito” da lei utilizado foi à ocupação da fazenda, e que isso só ocorreu quando a área estava prestes a ser desapropriada. Ainda segundo depoimentos dos assentados, durante o acampamento não derrubaram nem uma árvore sem a devida autorização do ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná).

A organização dos camponeses do Rio Perdido durante o acampamento ocorreu através da formação de grupos com 10 famílias e uma coordenação geral do acampamento. Os grupos no acampamento possuíam um coordenador que

buscava sistematizar as ações. As reuniões ocorriam na maioria das vezes nas barracas dos coordenadores dos grupos e a tomada de decisões era coletiva, sendo que as idéias eram apresentadas e debatidas. Posteriormente, eram votadas em assembléia e a que obtivesse um maior número de votos era considerada aprovada.

Compreende-se assim, que há uma construção coletiva do processo de luta dos camponeses. As idéias debatidas nos grupos eram levadas para as assembléias gerais do acampamento, onde eram apresentadas, melhoradas e votadas, elaborando assim, propostas do coletivo do acampamento. Este fato enfatiza a organização aprendida pelos camponeses no MST durante o acampamento e que se reproduz posteriormente nos assentamentos.

A coordenação geral do acampamento ficava encarregada de levar as propostas e negociar com o Estado e órgãos competentes a desapropriação da terra para a reforma agrária. Esta coordenação geral do acampamento também possuía a função de cuidar de necessidades imediatas dos camponeses, como alimentação, saúde, educação, segurança, etc. Para tanto, a coordenação se dispunha em comissões visando atender cada área e também inserir os acampados na organização.

A organização no acampamento foi importante para a luta. Além de participar das mais variadas comissões, a maioria dos acampados participava das reuniões nos grupos e nas assembléias gerais. As reuniões dos grupos e assembléias aconteciam sempre que era necessário à tomada de alguma decisão, pois a mesma dependia da aprovação do coletivo. Dessa forma, as reuniões não eram pré-determinadas, pois poderiam acontecer duas ou três vezes na mesma semana,

dependendo do encaminhamento das negociações entre acampados, governo do Estado e proprietário.

Um dado importante levantado junto aos assentados são os cargos assumidos pelos camponeses durante o acampamento. Dos entrevistados, 58% possuíam algum cargo que variava entre coordenador geral do acampamento, coordenadores de grupo, comissão de saúde, educação, negociação, entre outros.

Vale salientar que dos 42% das famílias que não possuíam nenhum cargo durante o acampamento, 12% destas declararam que conseguiram terra pela compra de um lote. Dessa forma, se levamos em consideração apenas o número de famílias que participaram da ocupação e do acampamento, se observa que a porcentagem das famílias que tinham algum cargo sobe para 70%.

Tabela 3 – Pessoas que Possuíam Cargos Durante o Período do Acampamento

Sim	Não
58%	42%

Fonte: Trabalho de campo. Org.: Autor.

Esse vínculo das famílias com algum cargo reflete a organização dos movimentos sociais, neste caso do MST. A distribuição de tarefas e cargos indica a possibilidade de participação nas decisões, característica da forma de fazer política dos movimentos sociais. É importante destacar que a participação das famílias nos grupos e nas discussões durante o acampamento demonstra que este período tem um papel importante no aprendizado de luta dos camponeses, pois os ensina a reivindicar e a negociar suas demandas.

A luta dos camponeses resultou na compra pelo governo federal de parte da fazenda Rio Perdido. Em 12 de novembro de 1987, o então Ministro de Estado da

Reforma e do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Nº. 233/87 autorizou a aquisição de 1.200 ha da fazenda Rio Perdido e as benfeitorias existentes na área.

A fazenda possuía uma área total de 1.383,00 hectares e havia sido adquirida por “Teixeirinha” (Darci Mário Fantin) do grupo Giacomet-Marodin Ind. de Madeiras S.A., da qual havia contestações sobre a propriedade do imóvel.

Em 27 de outubro de 1988 foi publicada a Portaria de Nº. 1.431/88 que criou o Projeto de Assentamento (PA) Rio Perdido, inicialmente com capacidade para 50 unidades agrícolas familiares. O imóvel encontra-se sob domínio da União Federal, sendo que as famílias assentadas não possuem os títulos dos lotes em seu nome, mas sim, um contrato de utilização das terras.

A fazenda Rio Perdido foi adquirida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) via negociação. A título de indenização o MIRAD, efetuou o pagamento de um montante de CZ\$ 32.472.000,00, pagáveis em TDA (Títulos da Dívida Agrária) com cinco anos de prazo, podendo ser resgatados a partir do segundo ano na proporção de 25%.

A criação de assentamentos através da compra das terras vai contra a proposta de reforma agrária formulada pelos movimentos sociais. Para os movimentos, as áreas devem ser arrecadadas pelo Estado sem o pagamento das terras, visto que na maioria das vezes se encontram em situações irregulares (terras devolutas, latifúndios, trabalho escravo, grilagem, etc.). A aquisição de terras para assentamentos não visa solapar a estrutura agrária existente, mas está a favor dos latifundiários e grileiros na medida em que transfere para as mãos destes a renda da terra. É através da renda gerada pela venda das terras ao governo que os

latifundiários compram áreas maiores, com melhor localização e infra-estrutura em outras localidades.

Porém, o que os latifundiários não querem é que o pagamento das terras seja feito em TDAs, pois são resgatados em longo prazo e, perdem “valor”. Conforme Martins (1981), a reforma agrária a partir da aquisição de terras não traz nenhuma infelicidade aos latifundiários, desde que esta seja paga em dinheiro e à vista. O autor afirma também que a venda da terra de uma só vez transforma a renda capitalizada (terra) em capital. “... fazendo agora de uma só vez a metamorfose da renda capitalizada em capital, cobrando a renda de uma só vez, para de uma só vez revertê-la à condição de capital” (MARTINS, 1981, p. 168).

A negociação realizada para a aquisição de parte da fazenda Rio Perdido dá indícios de favorecimento ao proprietário, ou seja, mesmo com pagamento em TDAs, elas possuíam um prazo curto para o resgate total (cinco anos), podendo ser resgatadas parcialmente já a partir do segundo ano. Assim, o fazendeiro transformou sua renda capitalizada (terra) em capital através do pagamento pela sociedade da mais-valia social, o que propiciou condições para este acumular ainda mais capital, através de investimentos diversos (terras, mercado financeiro, imobiliário, etc.), em outros locais.

Embora os valores do imóvel Rio Perdido tenham sido acordados, como já referido, o processo de desapropriação da área passou por momentos conturbados juridicamente, sendo que mesmo antes dos camponeses adentrarem a área, ou seja, enquanto ainda estavam acampados nas margens da PR-473, o proprietário da

fazenda entrou com um pedido de interdito proibitório⁷, havendo assim mandados de reintegração de posse o qual os camponeses não acataram e permaneceram acampados até que a área fosse destinada para criação do assentamento.

O pedido de interdito proibitório indica que o proprietário temia que a área fosse ocupada pelos sem-terra e antes que esse fato se consumasse, o mesmo recorreu juridicamente para evitar tal acontecimento. O proprietário usou como argumento, o fato do imóvel encontrar-se hipotecado no Banco do Brasil da cidade de Diamantino no Estado do Mato Grosso e que esta hipoteca ainda não havia vencido como um dos meios de justificar a não desapropriação do imóvel.

Outro elemento utilizado pelo fazendeiro para afirmar que a área não poderia ser desapropriada foi a busca de comprovação que a terra era produtiva. Assim, declarou que havia no imóvel diversos pés de pinheiros nativos, já comercializados com a empresa Solidor S.A. Argumentou ainda que na área existiam variadas espécies arbóreas frutíferas usadas para exploração comercial, bem como plantação de palmitos explorados comercialmente. Contudo, os vários argumentos utilizados pelo fazendeiro tinham como objetivo pressionar o Estado, para que a negociação só ocorresse quando favorecesse os seus interesses.

Desse modo, o acampamento durou quatro anos até que se conquistasse a destinação da área para a realização do assentamento. No entanto, a área não foi desapropriada integralmente, ficando parte do imóvel, cerca de 100 ha, para o proprietário. A parte do imóvel destinada ao fazendeiro era onde se localizava a sede da fazenda e toda a infra-estrutura existente tais como, casas de veraneio em

⁷ O interdito proibitório é um recurso jurídico de ação preventiva destinada a evitar que se consuma a turbação ou esbulho possessório. Por ser preventiva, não parte de um fato consumado – a turbação ou esbulho – mas, da desconfiança fundada de que isso ocorra.

alvenaria, piscinas, churrasqueiras, diversos galpões, estradas de acesso asfaltadas, pomar, plantação de palmito para exploração comercial, maquinários, dentre outros.

Com a aquisição da área pelo governo Federal, foi elaborado um laudo durante a formação do Projeto de Assentamento, que levando em consideração as características físicas do imóvel, previa o assentamento de 50 famílias em parcelas com área média de 16 ha.

Do total da área desapropriada, 150 ha foram considerados como inaproveitáveis e 3 ha foram destinados à criação da sede e demais instalações necessárias para atendimento dos interesses comunitários. Apesar de que o laudo recomendasse 50 famílias, foram ao todo assentadas 60.

O parcelamento dos lotes foi realizado a partir da avaliação da localização destes no interior do assentamento, considerando a declividade existente no imóvel. A divisão foi feita de forma que cada lote possuísse cerca de dois alqueires de terras “mecanizáveis”. Contudo, não se levou em consideração para tal parcelamento informações de ordem socioeconômica que aliado ao estudo detalhado dos recursos naturais são imprescindíveis para o dimensionamento da parcela.

Atualmente a base de sustentação da maioria das famílias assentadas é a produção de leite. A atividade leiteira tem dupla finalidade: primeiramente atender as necessidades alimentares da família, auxiliando no autoconsumo através da produção de derivados e consumo do leite *in-natura*. A segunda finalidade da atividade leiteira é servir de fonte de renda, para que o assentado através da venda do leite ou derivados obtenha renda para adquirir outros produtos necessários para a subsistência da sua família.

A formação do assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu, resultou na territorialização das relações camponesas, em que a terra deixou de servir aos interesses do capital especulativo, para se tornar terra de trabalho. Portanto, a realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na construção do território camponês. Sem esta conquista não ocorre a materialização das relações camponesas no espaço, a não ser num espaço reduzido onde foram montadas as barracas dos sem-terras ocupantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste estudo compreender como o processo de luta pela terra no município de Quedas do Iguaçu contribuiu para que parte do campesinato antes expulsa do campo conquistasse um pedaço de terra para ali desenvolver o sustento de sua família.

Os assentamentos rurais como o Rio Perdido e o Celso Furtado são frações do território conquistado através da luta e resistência dos camponeses. Embora sejam feitos pelo Estado, os assentamentos de modo geral, não são resultados das políticas públicas ou parte de um projeto de reforma agrária, mas resultante da luta dos camponeses sem-terra.

Assim, a luta de classes (Campesinato x Latifúndio/Agronegócio) instaurada em Quedas do Iguaçu mudou a configuração territorial do município. A luta pela terra fez com que o território, antes dominado pelo latifúndio, se transformasse em território de luta e resistência camponesa, portanto, território da materialização das relações camponesas.

Verifica-se ainda que a conquista dos camponeses em Quedas do Iguaçu contribuiu para a espacialização das lutas no município, desde às relacionadas a conquista da terra rural até aquelas que visam a conquista da terra urbana, como a ocupação de uma área próxima a região central da cidade pelo Movimento dos Sem-Teto.

Estas lutas rurais e urbanas têm construindo alternativas de resistência à exclusão imposta pelo capital a centenas de pessoas. Pode-se dizer que além de geografar o seu território a resistência do campesinato em Quedas do Iguaçu instaurou um processo pedagógico de aprendizado tanto com aqueles que participaram da luta, quanto para o restante da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUPEL. www.araupel.com.br. Acesso em 11/01/2010.

BOGO, A. **Lições da Luta Pela Terra**. Salvador, BA: Memorial das Letras, 1999. 160p.

COTRARA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA): Celso Furtado**. Santa Maria do Oeste, PR. COTRARA, 2005.

FABRINI, João E. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon, PR: LGeo, 2001. 140p.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996. 285p.

IBGE. www.ibge.gov.br. Acesso em 10/01/2010.

INCRA. www.incra.gov.br. Acesso em 15/04/2010.

INCRA; MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Governo Federal, 2003. 40p.

IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses: Sumário Executivo**. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em www.ipardes.gov.br. Acesso em 15/03/2010.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, 185p.

MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Oficial de Criação – Assentamento Rio perdido**. Curitiba, PR. 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. 88p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2005. 141p.